NOVARA
CONSULTING GROUP

This document was translated from English by machine and may contain mistakes. The English original is at https://www.novaracg.com/2026/07/12/governing-the-invisible-why-institutional-accountability-must-precede-sign-language-ai-deployment/.

Governar o Invisível: Por Que a Responsabilização Institucional Deve Preceder a Implantação de IA de Língua de Sinais

Heather Grizzle · 12 de julho de 2026

Todos perguntam o que a IA de língua gestual consegue fazer. Poucos perguntam quem é responsável quando ela falha. A lacuna de governação merece atenção.

Conteúdo

1. Capacidade como Condição Necessária, mas Insuficiente
2. O Quadro do NIST como Espelho Institucional
3. Comunicação como Infraestrutura
4. O Ponto Cego Estrutural
5. Responsabilidade como Obrigação Humana Irredutível

O discurso em torno da inteligência artificial para língua de sinais se acomodou em um ritmo familiar. Anúncios se acumulam. Demonstrações se multiplicam. Plataformas surgem. Cada ciclo reforça uma narrativa singular: a capacidade tecnológica está avançando, as barreiras de comunicação estão se corroendo, e o futuro da acessibilidade está sendo engenhado até a existência. A linguagem muda incrementalmente a cada iteração, mas o argumento subjacente permanece estruturalmente inalterado, porque a inovação está chegando, e sua chegada é iminente.

O que essa narrativa consistentemente deixa de questionar é se a capacidade tecnológica é, de fato, a variável central.

Essa omissão não é incidental. A mudança tecnológica atrai a atenção pública precisamente porque é legível. A máquina pode ser observada. A demonstração pode ser testemunhada. O produto pode ser avaliado. A governança, por outro lado, opera em grande parte fora da visão pública. Estruturas de supervisão não atraem plateias em conferências. Mecanismos de responsabilização não geram entusiasmo entre investidores. Padrões de aquisição raramente surgem no discurso convencional. No entanto, o registro histórico é inequívoco: estruturas de governança, ou sua ausência, rotineiramente determinam se tecnologias emergentes servem ao interesse público ou apenas servem a si mesmas.

Essa dinâmica adquire significância ainda maior no domínio da tecnologia de acessibilidade, onde os riscos morais e políticos são qualitativamente diferentes daqueles que regem a inovação voltada ao consumidor. Uma plataforma de comércio eletrônico com mau funcionamento produz inconveniência. Um algoritmo de rede social falho produz frustração. Falhas de acessibilidade produzem algo categoricamente distinto: a exclusão sistemática de indivíduos da comunicação, da participação e do exercício de direitos aos quais têm direito legal. As consequências de uma infraestrutura de acessibilidade inadequada não se distribuem aleatoriamente pela população. Elas se concentram precisamente onde a dependência dessa infraestrutura é maior.

É nesse contexto que a lacuna de governança na IA para língua de sinais se torna não apenas notável, mas urgente.

Capacidade como Condição Necessária, mas Insuficiente

O quadro avaliativo dominante aplicado à IA para língua de sinais levanta um conjunto consistente de perguntas: O avatar produz sinais reconhecíveis? O modelo de tradução atinge precisão aceitável? O sistema consegue escalar entre contextos de implantação? Essas são investigações técnicas legítimas. São também as perguntas que as sociedades historicamente fizeram sobre quase toda tecnologia emergente, perguntas que abordam o limiar da funcionalidade, deixando inteiramente inexaminada a arquitetura da responsabilidade.

O conjunto mais consequente de perguntas diz respeito à capacidade institucional, e não ao desempenho do sistema. As organizações que implantam esses sistemas possuem a infraestrutura de governança necessária para avaliá-los rigorosamente antes da implantação? Elas mantêm os mecanismos de supervisão necessários para monitorar o desempenho continuamente após a implantação? Elas assumem, e são capazes de

assumir, responsabilização significativa quando os sistemas falham em ambientes de alto risco?

Essas perguntas resistem a respostas diretas, em parte porque o campo investiu relativamente pouca energia em formulá-las.

O Quadro do NIST como Espelho Institucional

O Quadro de Gestão de Riscos de Inteligência Artificial do National Institute of Standards and Technology é frequentemente caracterizado como orientação técnica para gerenciar sistemas de IA. Uma leitura cuidadosa sugere uma descrição mais precisa: trata-se de um quadro de responsabilização institucional que, por acaso, diz respeito à inteligência artificial.

O movimento analítico mais persistente do quadro é redirecionar a atenção da tecnologia para a organização que a implanta. Quem definiu a estrutura de governança? Quem mapeou o panorama de riscos nos contextos relevantes de implantação? Quem validou o desempenho do sistema em relação às necessidades das populações afetadas? Quem permanece responsável quando os resultados divergem das intenções? O próprio sistema de IA recua para segundo plano. O que surge em seu lugar é uma investigação abrangente sobre a aptidão institucional.

Vista sob essa perspectiva, a implantação de IA para língua de sinais se torna tanto um problema de administração pública quanto um problema de desempenho técnico. Considere uma agência pública avaliando um sistema de sinalização baseado em IA para uso em comunicação de saúde, serviços educacionais ou gestão de emergências. A avaliação convencional pergunta se o sistema funciona e quanto custa. O quadro do NIST exige uma linha de investigação substancialmente mais rigorosa. Membros da comunidade Deaf foram envolvidos de forma significativa na avaliação do sistema? Quais modos de falha surgem em contextos comunicativos de alto risco? Que mecanismos existem para reclamações, correções e retirada do sistema? Quem assume a responsabilidade quando a comunicação falha em um momento consequente?

Essas não são perguntas de engenharia. São perguntas de governança, e suas respostas raramente são encontradas na documentação dos fornecedores.

Comunicação como Infraestrutura

O imperativo de governança se intensifica quando se considera a função que as tecnologias de comunicação desempenham na vida pública. A informação não é simplesmente dado em trânsito. A informação estrutura decisões, media o acesso a serviços, molda o exercício de direitos e define as condições sob as quais os indivíduos participam da vida cívica e institucional. Quando a inteligência artificial é posicionada como intermediária em processos comunicativos, a governança dessa tecnologia se torna inseparável da governança do próprio acesso.

Essa não é uma preocupação abstrata. A IA para língua de sinais está sendo implantada, ou ativamente considerada para implantação, em contextos onde a precisão comunicativa acarreta consequências diretas: ambientes clínicos onde mal-entendidos afetam diagnóstico e tratamento; ambientes educacionais onde uma tradução inadequada agrava desigualdades já existentes; contextos de emergência onde a falha de comunicação pode colocar vidas em risco. Em cada um desses contextos, a questão de saber se um sistema de IA consegue produzir sinais reconhecíveis é secundária à questão de saber se as instituições que implantam esse sistema cumpriram suas obrigações de cuidado, supervisão e responsabilização.

> Falhas de acessibilidade produzem algo categoricamente distinto: a exclusão sistemática de indivíduos da comunicação, da participação e do exercício de direitos aos quais têm direito legal.

A confusão entre capacidade e prontidão, e a suposição de que um sistema que funciona em condições controladas de demonstração é, portanto, adequado para implantação em contextos públicos de grande consequência, representa talvez a falha conceitual mais significativa do discurso atual.

O Ponto Cego Estrutural

O campo investiu considerável capital intelectual e financeiro em avançar o que a IA para língua de sinais pode fazer. Investiu comparativamente pouco em desenvolver quadros sobre como as instituições públicas devem avaliar, governar e permanecer

responsáveis por seu uso. Essa assimetria não é incomum na história da adoção de tecnologias. A governança historicamente ficou atrás da capacidade, chegando depois da implantação, e não antes dela, respondendo a falhas em vez de antecipá-las.

O que distingue o momento atual é o grau em que esse padrão pode ser reconhecido e interrompido. O quadro do NIST, a literatura crescente sobre responsabilização algorítmica e a defesa sustentada das comunidades Deaf e das organizações de direitos das pessoas com deficiência fornecem, coletivamente, os recursos conceituais e práticos para abordar a governança da IA para língua de sinais com o rigor que o contexto exige. Os recursos existem. A questão é se as instituições que implantam essas tecnologias os aplicarão antes da implantação, em vez de em resposta às falhas que a implantação sem governança adequada tende a produzir.

Responsabilidade como Obrigação Humana Irredutível

A contribuição mais importante do Quadro de Gestão de Riscos de IA do NIST talvez não seja sua orientação específica sobre inteligência artificial. Pode ser sua insistência em que a responsabilidade não pode ser automatizada e que, independentemente da sofisticação de um sistema implantado, as obrigações de governança, responsabilização e administração pública permanecem irredutivelmente humanas em caráter.

A inteligência artificial pode transformar os mecanismos pelos quais os serviços de acessibilidade são entregues. Ela não transfere, diminui ou elimina as obrigações das instituições que a implantam. Essas obrigações persistem independentemente das capacidades da tecnologia, independentemente das garantias do fornecedor e independentemente dos ganhos de eficiência que a automação possa produzir.

A questão de governança que ninguém está fazendo sobre a IA para língua de sinais é, no fim das contas, a pergunta mais antiga da administração pública: quem é responsável, e essa parte está preparada para sê-lo?

A resposta a essa pergunta importará mais do que qualquer referência de capacidade que a tecnologia possa alcançar.

TIPS

Know something about a sign language AI system that the public should know? Send it to tips@novaracg.com. Every tip is read by me and kept confidential. If you work in the UK, writing to us is not by itself a protected disclosure under the Public Interest Disclosure Act 1998, so before you share employer information, check your options with Protect (protect-advice.org.uk), the free whistleblowing advice line.

SUPPORT NCG

NCG does this work without vendor money, so our findings stay ours. If it has been useful to you, you can support NCG's independent work here. NCG is a for-profit company, not a charity. Contributions are not tax-deductible and buy no service or influence.

Como citar

Grizzle, H. M. (2026, July 12). Governar o Invisível: Por Que a Responsabilização Institucional Deve Preceder a Implantação de IA de Língua de Sinais. Novara Consulting Group. https://www.novaracg.com/pt/2026/07/12/governing-the-invisible-why-institutional-accountability-must-precede-sign-language-ai-deployment/